
A relação entre o excursionismo rural e a educação formal e informal

Maria del Carmen Matilde Huertas Calvente¹
Wladimir Cesar Fuscaldo²

Resumo

Este artigo apresenta considerações a respeito da relação, localizada claramente em uma investigação com base empírica no Norte Velho do Paraná, entre o excursionismo rural e a educação formal e informal. Foram consideradas como atividades de excursionismo rural as visitas realizadas mediante deslocamentos de menor amplitude do que no turismo rural, e que não implicaram em pernoite. Estas visitas, muito freqüentemente, estão relacionadas às atividades denominadas de educação ambiental e de excursionismo técnico-científico. Aqui são relatadas cinco experiências de excursionismo rural ligadas à educação ambiental e três experiências de excursionismo rural ligadas ao aprendizado técnico-científico.

Palavras-chave: excursionismo rural, educação, ambiente, experiências, Norte Velho do Paraná

THE RELATIONSHIP BETWEEN RURAL EXCURSIONS AND FORMAL AND NO FORMAL EDUCATION

Abstract

This article presents considerations about the relationship between the rural excursions and formal and no formal education, clearly located in an investigation with its empirical basis in the region of Old North of Paraná. Rural excursions activities were considered as visits made by shorts displacements than in the rural tourism, and that means they don't stay overnight. Frequently these visits are connected with activities named environmental education and technical-scientific excursions. Here are related five experiences of environmental education and three experiences of technical-scientific excursions.

KEY WORDS: rural excursions, education, environment, experiences, region of Old North of Paraná

INTRODUÇÃO

A análise das experiências de turismo e excursionismo rural, em um trabalho com base empírica no Norte Velho do Paraná (CALVENTE, 2001), nos confirmou a relação existente entre as visitas às áreas rurais e a educação formal e informal. É este aspecto, em específico, que nos propomos a desenvolver neste artigo, pelo interesse que o tema pode ter para todos que almejam atuar

como educadores, que podem estar vivenciando situações semelhantes.

Diferenciamos as atividades de turismo das de excursionismo considerando que a excursão significa um deslocamento pelos arredores e que, no turismo, o deslocamento será de maior amplitude, implicando em pernoite. Ressaltamos que a relação entre educação e turismo também foi encontrada em algumas experiências de turismo rural que, porém, não serão aqui abordadas.

¹ Docente do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina e coordenadora do Projeto Turismo e Excursionismo Rural no Norte do Paraná (TERNOPAR): www.uel.br/projeto/ternopar. E-mail: calvente@uel.br.

² Docente do Departamento de Geociências, Centro de Ciências Exatas, Universidade Estadual de Londrina e colaborador do projeto. E-mail: fuscalve@uel.br.

A princípio, podemos observar esta relação, de uma maneira clara, em duas propostas de atividades: as atividades que denominamos, no trabalho citado anteriormente, como de excursionismo técnico-científico e as atividades que se propõem a atuar na educação ambiental.

OS CASOS DE EXPERIÊNCIAS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A preocupação com o que convencionamos chamar de educação ambiental – o (re)conhecimento do ambiente e de impactos causados pela ação humana e, eventualmente, propostas de transformação nas atitudes e procura de soluções para os impactos negativos, tem trazido à tona uma série de experiências. Traremos aqui o relato de cinco casos diferentes, que demonstram traços em comum e também a diversidade existente. Na maior parte das experiências, os objetivos relacionados à educação ambiental vão estar entrelaçados com os objetivos econômicos do empreendimento.

O principal aspecto que relaciona o turismo ou o excursionismo rural legalmente com a educação é o trabalho de educação ambiental que é realizado nas unidades de conservação (públicas ou privadas, como nas RPPNS – Reservas Particulares do Patrimônio Natural). São, freqüentemente, excursesões por paisagens naturais, chamadas de visitas monitoradas. A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, no capítulo II, seção III (Da Educação Ambiental Não-Formal) diz que o Poder Público incentivará o ecoturismo, como ação e prática educativa. (BRASIL, 2001)

As pessoas envolvidas com o turismo e excursionismo rural – população local, técnicos e turistas – necessitam informações para um comportamento que cause menor impacto ao meio. Os geógrafos, neste contexto, têm um campo novo de atuação importante, e podem atuar na ampliação do entendimento do meio, que muitas vezes está restrito ao conjunto dos elementos naturais de uma dada paisagem. Assim estaremos nos distanciando, cada vez mais, de uma Geografia sem aplicação prática fora dos sistemas de ensino, criticada lucidamente na década de 1980 (LACOSTE, 1988; FONTES, 1989). Nos locais turísticos há necessidade de campanhas de treinamento ambiental (mudanças de comportamento), há necessidade de ensino

(informações) e há necessidade de educação (um processo que estimula o desenvolvimento das potencialidades racionais e emocionais que as pessoas possuem). Neste sentido, nem tudo que é denominado como de educação ambiental o é realmente, já que são atividades que estão desvinculadas de um processo mais amplo, sendo, a rigor, atividades de treinamento ou de ensino.

A temática rural ligada ao endógeno, como a história local, incluindo a indígena e a dos migrantes internos e imigrantes, a produção agropecuária e outros elementos culturais, vai permitir o aprendizado, uma vez que os traços relacionados à complexidade do real vão estar presentes. Assim, o turismo e excursionismo rural terão também uma função didática ou educativa. Para os que querem aprofundar as suas possibilidades educativas, o método didático de estudo do meio (PONSTUSCHKA, 1994; CALVENTE, 1998), discutido no ensino de Geografia, pode auxiliar na organização das atividades, assim como o estudo de caso e a pesquisa de memória viva.

Cals, Vaquellà e Vaqué (1995) encontraram, na Espanha, como as principais motivações da demanda do turismo rural a procura de contato com o mundo rural e de conhecimento do patrimônio rural, a contemplação da natureza e da paisagem, o desfrute do silêncio e da tranquilidade e a recuperação física e espiritual. A palavra *conhecimento* é bastante utilizada entre as principais motivações da demanda. No Brasil desconhecemos trabalhos semelhantes, mas podemos inferir que as motivações devem ser parecidas.

Na definição do novo papel que o meio rural deve desempenhar na sociedade, uma reserva de áreas rurais passa a ser composta de bens sociais e não privados, com uma conservação que traga empregos e melhore a qualidade de vida da população local, resultando em usos múltiplos. Estes espaços estariam disponíveis para o lazer, educação ambiental e investigação científica (CAVACO, 1996). Para a legislação brasileira, a educação ambiental é constituída por: “[...] processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida [...]”, sendo incumbência da

sociedade: “[...] manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.” (BRASIL, 2001, p. 1)

O CASO DA FAZENDA ÁSIA MENOR

Um elemento que pode ser destacado é o perfil das pessoas proponentes das atividades. São, em geral, pessoas que apreciam ter contato com grupos diversos e contar suas histórias de vida e os seus saberes, e então são atraídas por atividades que envolvam visitantes. Por exemplo, o proprietário da Fazenda Ásia Menor (município de Jaboti) considera sua missão mostrar para as pessoas que elas são parte da natureza, além de oferecer informações sobre a cultura indígena e sobre a floresta. É o presidente de uma ONG (Organização Não Governamental) ambientalista local, a Associação Curupira. Uma parte da propriedade foi transformada em RPPN.

Plantou uma diversidade grande de espécies vegetais na área da propriedade, além de, numa das salas do estabelecimento, deixar em exposição o interessante trabalho artesanal que realiza em madeira: miniaturas de casas antigas, roda d’água, igrejas etc.

Recebe, desde 1968, especialmente crianças em idade escolar e alunos de faculdades, em uma atividade que pode, pelos seus planos, algum dia passar a ser de turismo rural. Calcula um número aproximado de 2.000 visitantes por mês, que vêm das cidades vizinhas. Nenhum valor monetário é cobrado e, na percepção do fazendeiro, ocorreram mudanças na postura dos visitantes: deixaram de arrancar mudas de espécies vegetais, como no início. As visitas começaram quando os professores de uma cidade próxima pediram autorização para levar os alunos.

Atualmente, a renda principal do estabelecimento é obtida com a agroindústria de polvilho de mandioca e, para o futuro próximo, o fazendeiro gostaria de atuar com o turismo rural, mas está receoso e sem capital para investimentos. A partir da década de 1990 passou a vender uma parte das terras. Ainda sem decisão definitiva a respeito, um projeto seu é construir um pesqueiro (pesque-

pague), com o objetivo então de obter rendimentos complementares, porque outros três estabelecimentos do município estão com pesque-pagues e conseguindo atrair uma demanda regional.

Para a prefeitura do município, as visitas trouxeram alguns benefícios: “[...] a prefeitura recebe ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) ecológico, e traz emprego e gente. Embora em pequena escala, o turista deixa alguma coisa na cidade e divulga o município”. (funcionário da prefeitura de Jaboti, responsável pelo setor de turismo)

O pequeno núcleo urbano do município, muito bem conservado, está repleto dos signos que compõem o imaginário de uma *pequena cidade do interior* que os moradores das metrópoles possuem: a praça central arborizada e limpa, a pequena igreja com uma arquitetura típica e pessoas que passam e cumprimentam as outras, mesmo que desconhecidas. Assim, pode ser um local interessante para a realização de atividades eventuais que envolvam visitantes, desde que em pequena escala (Figura 1).

O CASO DE IBAITI

Uma antiga mina de carvão, com suas galerias e outras edificações (Figura 2), junto a duas quedas d’água, a maior tendo 25 metros de altura e formando um poço, está sendo reutilizada, agora como atrativo para visitantes, no Município de Ibaiti. O Parque Municipal da Mina Velha possui 47 hectares e, valendo-se do início do projeto de seu aproveitamento para a educação ambiental e o excursionismo, o matadouro municipal que jogava detritos nas suas águas foi desativado. A área está sendo visitada por crianças em excursões escolares, quando realizam atividades como o plantio de mudas de árvores. Outras ações foram realizadas:

Foram construídas alamedas de concreto, escadas; a estrutura das galerias recebeu escoras especiais; boa parte dos túneis foi recapeada e iluminação instalada; a história foi resgatada, com a implantação de um pequeno trecho de trilhos, com vagonetes, oferecendo ao visitante um pouco do que foi a época de ouro da extração do carvão. [...] Milhares de árvores foram plantadas, o local foi limpo e está sendo preparado para servir de



FIGURA 1 - O núcleo urbano de Jaboti
Fonte: *Jornal de Jaboti*, 2000

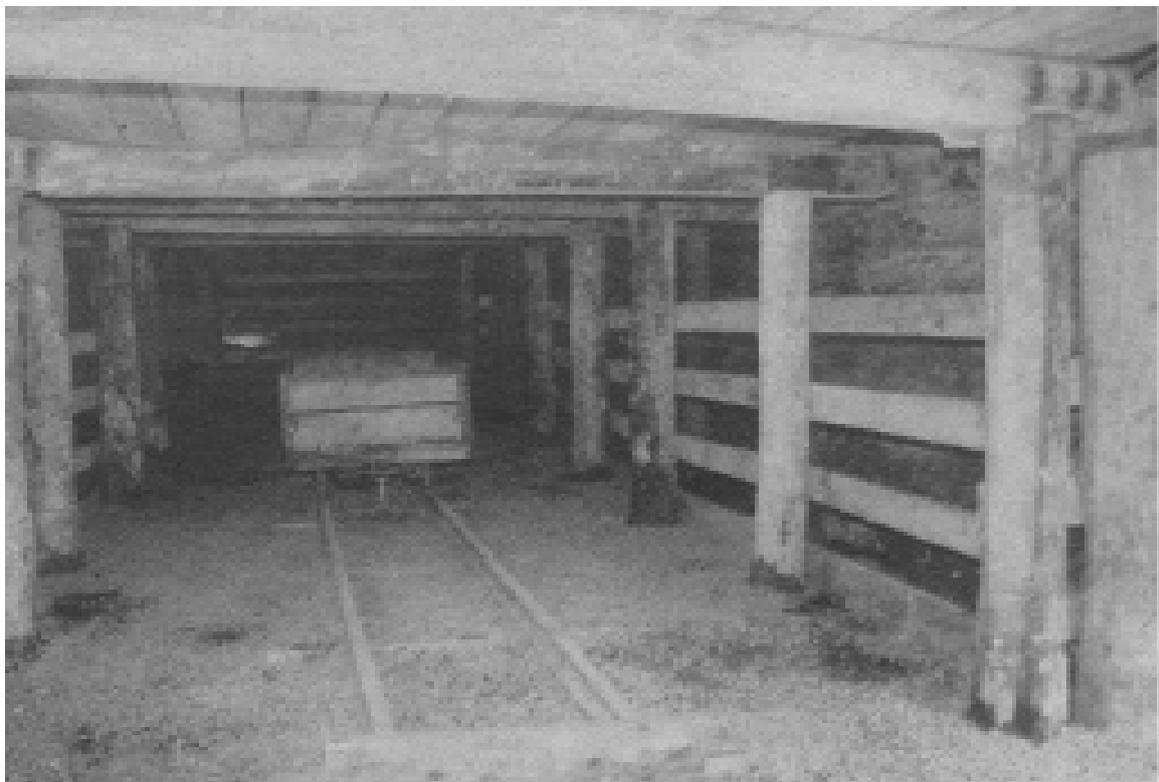


FIGURA 2 - Uma das galerias da mina de carvão
Fonte: *Tribuna do vale*, 1999

laboratório a céu aberto para disciplinas ligadas ao meio ambiente e ciências biológicas. [...] serão desenvolvidos outros projetos ambientais e turísticos. No Pico Agudo está sendo estudada a instalação de um teleférico. (PARQUE DA MINA VELHA..., 1999, p. 4-5)

O CASO DE JACAREZINHO

Em uma outra experiência o excursionismo rural está sendo considerado como um elemento que pode atrair visitantes e possibilitar a utilização dos hotéis nas áreas urbanas. Em Jacarezinho, apesar da importância de um evento que atrai visitantes (a Festa do Texas), apenas um estabelecimento rural estava atuando no excursionismo rural, com a recepção de grupos específicos: pessoas da própria cidade, idosos de São Paulo (capital) e até jovens do exterior, por intermédio de contatos dos filhos da proprietária, que estavam na Europa. A recepção começou em 1999. Nas visitas ao estabelecimento, que tem como principal atividade econômica a criação de frangos de corte, os atrativos são os seguintes: “[...] visitas programadas para escolas e crianças de 5 a 12 anos. Fazemos um roteiro conhecendo as atividades agrícolas e sensibilização de contato com a natureza, por meio de jogos. Há também o lanche e o almoço. Fazemos trilhas e caminhadas [...]” (sitante e empresária de Jacarezinho). São também organizadas visitas à Fazenda Monte Bello, do município vizinho de Ribeirão Claro, com o tema da história do café na região.

A idéia de receber visitantes no estabelecimento rural foi amadurecendo mediante vários contatos: “[...] na verdade foi a procura de outras opções para o aproveitamento de uma área urbana para hospedagem”. A proprietária participou da caravana organizada pelo SEBRAE (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) – Londrina para conhecer a experiência em Lages e, depois, passou a participar das oficinas da Paraná Turismo, dentro do PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo), representando o Conselho Municipal de Turismo (CMT) do município. Foi considerada, em várias entrevistas, inclusive em municípios vizinhos, como um dos agentes mais ativos no apoio aos projetos de turismo rural na região.

O CASO DO CLUBE DE CAMPO IRMÃOS SCANDOLO

Nos arredores das aglomerações urbanas metropolitanas, particularmente nas cidades médias ricas do interior do país, as altas temperaturas durante quase o ano todo requerem equipamentos para maior conforto da população, exigente quanto à qualidade de vida e de poder aquisitivo compatível para proporcioná-la. [...] Esses equipamentos recebem diversas denominações – clubes de campo, campos de hipismo, clubes de pesca [...] Os freqüentadores, caso provenham das cidades próximas e não pernitem fora do seu domicílio, são excursionistas, ou visitantes de um dia. Não são, portanto, considerados turistas [...] Trata-se mais de um tipo de ‘lazer peri-urbano’. (RODRIGUES, 2000, p. 60-61)

Um exemplo que pudemos localizar do que Rodrigues denomina de *lazer peri-urbano*, no Norte Velho do Paraná, é o Clube de Campo Irmãos Scandolo, em uma experiência na qual o fazendeiro está planejando transformar a atividade e atuar no turismo rural propriamente citado. Fica no Município de Cambará, e tem, como um dos atrativos, segundo relatado em algumas entrevistas, um fator bastante subjetivo: a facilidade de comunicação de um dos proprietários.

Recebe, em média, 1.000 visitantes por mês. Desde 1982 cobra um pequeno valor para o ingresso e outro para a utilização da piscina. A atividade de lazer representa 70% da renda do estabelecimento; os outros 30% vêm da piscicultura e de uma agricultura diversificada. Possui dez empregados; destes um atuando com o plantio de árvores (decidiu que irá plantar ou mandar plantar uma árvore por dia, pelo menos), dois com a piscicultura e os sete restantes com o excursionismo. Começou com a construção da piscina para a família que, quando concluída, interessou algumas pessoas na sua utilização. Depois de um ano com visitantes passou a cobrar o ingresso.

Faz parte dos casos estudados que permitem perceber uma tendência para o desenvolvimento do turismo rural propriamente mencionado, em um grupo de pessoas que poderia contribuir com as suas experiências na formulação das políticas

públicas a respeito, e que não estão participando dos conselhos municipais de turismo. Portanto, com relação ao turismo e excursionismo rural, seria necessário montar uma associação, conselho ou cooperativa que atuasse no âmbito regional e que agrupasse estas pessoas.

O CASO DA MATA SÃO FRANCISCO

A Mata São Francisco, uma unidade de conservação estadual de 609 hectares, administrada pelo IAP (Instituto Ambiental do Paraná), abrange o território de dois municípios limítrofes: Santa Mariana e Cornélio Procópio, com a entrada principal localizada em Santa Mariana. Passou a receber visitantes em 1998, somente para caminhadas em trilhas. Porém a possibilidade de atuar, no futuro, com atividades de ecoturismo está sendo apresentada como uma maneira de arrecadar recursos para as unidades estatais de conservação: “[...] os parques aí podem se tornar auto-sustentáveis, porque o governo não tem dinheiro para aplicar nos parques”. (técnico do IAP de Cornélio Procópio)

O recurso financeiro que vai para os municípios que possuem unidades de conservação, o denominado ICMS ecológico, é considerado importante para a cobrança de auxílio complementar na manutenção da área às administrações municipais: “O ICMS ecológico ajuda o município a ter dinheiro e a gente pode cobrar algumas melhorias no parque. Eu acho que todos os municípios deveriam passar uma parte para os parques.”

As dificuldades concretas em administrar unidades de conservação sem recursos financeiros suficientes foram indicadas como as razões para os projetos de ecoturismo. Estas mesmas dificuldades fazem com que o recurso financeiro repassado para os municípios, via ICMS ecológico, seja um ponto de conflito. Entretanto, o objetivo original da lei não era que essa verba fosse destinada à conservação. Como os municípios que possuíam unidades de conservação argumentavam que estavam perdendo arrecadação com base em que, nestas áreas, não ocorria produção agropecuária, o ICMS ecológico é um recurso para o município destinar às áreas de atuação com demandas prioritárias (e que podem ser a educação e a saúde).

O que faltava nesta experiência, pelo menos durante o período em que estivemos em contato para a realização das entrevistas, era aprofundar a relação necessária entre as visitas e o processo educativo, notadamente por se tratar de uma unidade de conservação em área pública.

O EXCURSIONISMO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Na tentativa de classificar para entender melhor a multiplicidade de experiências localizadas, encontramos um subtipo que denominamos de excursionismo técnico-científico, abrangendo as excursões didáticas que fazemos com os nossos alunos e também o que é denominado de dia de campo, utilizado sobretudo para o ensino de técnicas agrícolas.

A nossa discussão, neste tópico, pode principiar pela dificuldade atual em delimitar o que é uma atividade de lazer e uma atividade com objetivos de estudo ou de trabalho – viagens e passeios pelos arredores podem ser prazerosos e nos quais também estamos aprendendo ou trabalhando. Isto vai ocorrer em especial quando o trabalho é intelectual. Um congresso ou simpósio pode exemplificar bem esta mescla – visto que reencontramos velhos amigos, saímos para as refeições e ficamos a discutir os temas abordados no evento – aprendendo e ensinando. Nestas experiências, como diferenciar o que é trabalho do que é lazer?

Atualmente, a viagem é um símbolo de *status* no mercado de trabalho e é considerada como uma oportunidade de aprendizado. A necessidade de informação e de cultura erudita, divulgada pela mídia e exigida pelo mercado de trabalho, aumenta o papel das viagens como oportunidades de enriquecimento cultural. (RODRIGUES, 1997)

Nas áreas rurais, visitas programadas e cursos especiais são organizados por algumas instituições públicas para divulgar determinadas técnicas de produção, também mesclando atividades de lazer com atividades de trabalho ou de negócios. Empresas aproveitam a ocasião (e algumas vezes arcam com os custos da infra-estrutura) e expõem seus produtos para a venda. A atividade é concluída com um churrasco de confraternização.

Um outro impedimento à diferenciação rígida entre trabalho e lazer é que os conceitos de trabalho, de turismo, de lazer e de ócio estão em transformação, já que sabemos que sociólogos falam do ócio criativo como uma necessidade para o próximo século (DE MASI, 2000). Para a OMT (Organização Mundial do Turismo) só é excluída da categoria de turismo a viagem quando a atividade é remunerada *no local visitado*. Isto não ocorre na maior parte das viagens a negócios e para a participação em eventos, que passam, então, a ser turismo de eventos e turismo de negócios. A relação tradicional entre turismo, lazer e ócio deixa de ser determinante.

Mais um ponto pode ser trazido para esta nossa reflexão. Uma característica do turismo e do excursionismo é a procura de signos típicos e imagens (URRY, 1996). Vamos raciocinar aproveitando as nossas experiências em salas de aula quando, por exemplo, vamos fazer um trabalho de campo em determinado local. Antes, com nossos alunos, estaremos discutindo o tema e preparando a ida ao campo. Provavelmente faremos, como professores, uma visita preparatória para reconhecer o local. No campo, com os alunos, estaremos apresentado tópicos e coletando material para continuar a discussão em sala de aula, e tentaremos chegar a uma síntese do conhecimento adquirido. Com possíveis variações, este seria um esquema simplificado do trabalho de campo inserido no processo educativo.

Será que, no trabalho de campo (ou mesmo na visita preparatória), não estaremos procurando os signos e as imagens que vão enriquecer a discussão daquele tema em específico?

Nem todos nós, professores e alunos, veremos a paisagem da mesma maneira. As experiências diversas de vida e o arcabouço de conhecimentos adquiridos farão que um professor de Geologia, por exemplo, observe aspectos diversos do professor que trabalha com disciplinas relacionadas à área de Geografia Humana. Em resumo, selecionamos também signos e imagens – cujos significados serão aprofundados durante o processo.

Enfim, a estranheza que pode causar a denominação de turismo ou excursionismo técnico-científico para as excursões didáticas decorre do nosso hábito de relacionar o turismo com o ócio

e com a alienação, e não com o aprendizado. Mas isto não corresponde mais à totalidade da realidade. As experiências que serão agora relatadas indicam que muitas das atividades de excursionismo que encontramos no Norte Velho do Paraná estavam ligadas a tentativas de atuar na educação informal (especialmente) ou formal e que estas atividades têm também, em alguns locais, impactos econômicos.

O CASO DE RIBEIRÃO CLARO

Na Fazenda Jamaica, uma propriedade média de produção de café, de 218 hectares, localizada em Ribeirão Claro, as visitas começaram como solicitação de uma cooperativa agrícola, e continuam como visitas técnicas ao café adensado. Os visitantes são informados a respeito da técnica, em uma mescla de atividades de trabalho e de lazer, porque um churrasco (uma confraternização) também é realizado durante o dia de campo. Apesar de contar com uma estrutura que já poderia ser utilizada para a recepção, como residências confortáveis, há resistência do fazendeiro à idéia de receber visitantes para o turismo rural, o que é estimulado pela prefeitura, e que *está sendo estudada*. A fazenda é apresentada no material de divulgação do turismo no município, distribuído pela prefeitura, como um empreendimento de turismo rural, com o seguinte texto:

A idéia de adensar café foi simultânea a muitos. Entre os primeiros, o destaque fica para o Sr. Luiz Marcos Suplicy Hafers [...] A partir de então o experimento foi sofrendo adaptações quanto ao espaçamento, aumentando o número de pés por hectare e diversidade das podas. Os resultados das lavouras mais densas foram espetaculares: 76 sacas/hectare beneficiadas. [...] Hoje a Fazenda Jamaica, pioneira do café adensado, apresenta altas produções e baixos custos. É visita obrigatória aos que se dispõem a produzir café na sua nova técnica.

Para Rodrigues (2000, p. 61) o turismo rural tradicional, de cunho histórico, no território brasileiro, pode ser de origem agrícola (no qual são destacadas as propriedades do ciclo do café) e que possuem “[...] patrimônio arquitetônico relativamente suntuoso, representado pelas sedes de

fazenda que, com algumas reformulações, funcionam como meio de hospedagem [...]”.

A Fazenda Monte Bello, um outro estabelecimento de Ribeirão Claro, possui um alto potencial para a atividade. Está recebendo visitantes, ainda eventualmente e em atividades de excursionismo, com um roteiro para a apresentação da história do café, em particular durante a FESCAFÉ, organizada pelo município no mês de julho. Nenhuma taxa é cobrada. Um trabalho a respeito do patrimônio histórico do Paraná faz esta descrição da fazenda:

Mas o que mais impressiona é a imensa estrutura montada para a cultura do café. São sete amplos terreiros e doze tulhas para a secagem. [...] Canaletas levam o café por diversos estágios onde é separado das impurezas (terra e pedriscos), assim como é feita a separação entre o café verde e o seco. Depois de seco, o café é conduzido por vagonetas (com capacidade para 15 sacas) que deslizam sobre trilhos por mais de cem metros até a máquina de beneficiamento, onde é despulpado e recebe tratamento para dar uma bebida fina. Ali, através de um separador, ele já sai classificado por tipo de bebida. (CERNEV, 1995, p. 187)

A estrutura antiga para a produção do café foi mantida (Figura 3) e o estabelecimento, de 242 hectares, pode vir a adaptar uma das residências para o pernoite dos visitantes no futuro, uma vez

que os mais jovens da família estão interessados no turismo rural, estimulados por membros da prefeitura. Um deles chegou a fazer uma monografia de especialização, no exterior, tendo como tema o turismo rural.

A prefeitura do Município de Ribeirão Claro está empenhada em desenvolver a atividade turística, tendo contratado alguns consultores da área. No caso deste município são os fazendeiros que resistem à idéia de receberem visitantes, com receio de perder a privacidade. O fato da agricultura de café adensado ter trazido um novo dinamismo à produção agrícola local é um outro fator que foi relatado, visto que a atividade turística surge nos estabelecimentos rurais, normalmente, como uma solução para problemas econômicos.

Um dos consultores apresentou uma série de necessidades para a implantação do turismo rural (por exemplo, a compra de máquinas industriais de lavagem e secagem de roupas), o que foi um dos motivos para os proprietários relacionarem o turismo rural com a necessidade de altos investimentos e ficarem receosos. Como o pernoite nas fazendas históricas ainda não ocorre, o prefeito adaptou uma antiga residência da família, na área urbana central, e que passou a ser o único hotel do município.



FIGURA 3 – Fazenda Monte Bello
(Calvente, 2000)

O CASO DE CARLÓPOLIS

Em Carlópolis também ocorrem as visitas técnicas em algumas propriedades agrícolas, organizadas pela EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), com a duração de um dia, notadamente as ligadas aos métodos utilizados na agricultura do café adensado e na fruticultura, e que ocorrem aproximadamente uma vez por mês, com produtores rurais da região. Este excursionismo técnico é considerado uma estratégia importante para a divulgação de conhecimentos relacionados à atividade agropecuária. Uma pesquisa a respeito da geração e transferência de informações nas áreas rurais, realizada por Cezar, da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), concluiu pela importância das relações pessoais na transmissão de informações nas áreas rurais, já que:

[...] o produtor prefere o conhecimento informal ao formal. “Normalmente o produtor prefere ouvir de uma pessoa de sua confiança como melhor direcionar seu negócio”. [...] O pesquisador [...] pode também se tornar uma pessoa de confiança do produtor. [...] “A união do conhecimento científico com o prático deverá tornar cientistas e produtores mais eficientes”. (BARBERATO, 2000, p. 8)

O CASO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

Em outro município vários projetos de turismo e excursionismo rural surgiram influenciados, pelo menos em parte, por um projeto de extensão da Universidade Estadual de Londrina (UEL). O estudo efetua um levantamento sistemático dos atrativos das paisagens naturais do município de São Jerônimo da Serra (cadastro, mapeamento e estudo de detalhes): “Levantamento do Patrimônio Natural de São Jerônimo da Serra – PR, e o Ecoturismo como uma Fonte de Renda Alternativa para a População Local”. Spoladore (coordenador do projeto parcial) e Delavi (1997) escrevem que no município, no Vale do Rio do Tigre, foram identificadas cerca de 50 cavernas de arenito, além de um número ainda não determinado de cachoeiras. A hipótese atual é de que aproximadamente 50 quedas d’água podem ser aproveitadas para a atividade turística.

O próprio desenvolvimento do projeto proporcionou atividades de excursionismo técnico-científico, porque a visita de alunos, acompanhados pelos docentes, é constante (Figura 4). O estudo, no seu início, indicou a necessidade de um curso para guias de turismo; após solicitação da prefeitura o curso foi oferecido em 1998 pelo SENAC



FIGURA 4 - Excursão técnica-científica em São Jerônimo da Serra (Calvente, 1997)

(Serviço Nacional do Comércio), e concluído com a formação de 17 guias: seis são moradores do município e os guias restantes são habitantes de cidades próximas.

São Jerônimo da Serra possui, no território, três áreas de conservação, que alcançam aproximadamente 8% da área total do município: o Parque Estadual do Penhasco Verde (303 ha.), a Reserva Indígena São Jerônimo da Serra (1.339 ha.) e a Reserva Indígena Barão de Antonina (3.751 ha.). De todos os 46 municípios do Norte Velho do Paraná é o que possui a maior área destinada à conservação, mas ainda sem projetos concretos de turismo e excursionismo nas unidades. Uma ONG denominada Norte do Paraná foi fundada em outubro de 2000, apoiada por um padre do município, por um grupo interessado em ecoturismo e em preservação de tradições indígenas:

[...] o problema de alcoolismo entre os indígenas, o desemprego, a pobreza e a falta de perspectiva eram temas discutidos em reuniões comunitárias, principalmente entre os católicos da cidade. [...]. Nos planos da entidade estão a produção de vídeos de divulgação das duas aldeias indígenas e dos pontos do município que podem ser usados para trekking e rapel. (MOURA, 2000, p. 2)

Um trabalho conjunto da ONG Norte do Paraná com outras entidades: MST (Movimento dos Sem-Terra), MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), CPT/PR (Comissão Pastoral da Terra), ADEMAVI (Associação Brasileira de Defesa e Recuperação do Meio Ambiente) e PEART (Projeto de Educação do Assalariado Rural Temporário) têm como objetivo divulgar informações a respeito dos impactos negativos que poderão ser causados com a construção de uma usina hidrelétrica no Rio Tibagi, a Usina Hidrelétrica de São Jerônimo, projeto da Companhia Paranaense de Energia “[...] promovendo ações de conscientização das comunidades que serão atingidas pela barragem.” Além das reuniões com as comunidades indígenas, estão sendo realizadas discussões com os moradores de um assentamento de trabalhadores rurais sem terra, em que uma alternativa é “[...] transformar o local numa pousada rural, explorando o ecoturismo na região.” (AUGUSTO, 2001, p. 17)

Alguns projetos de turismo rural em estabelecimentos rurais de São Jerônimo da Serra já estão em andamento, como o da Chácara Rancho Carolina, um pequeno estabelecimento de 27 hectares, que tem como produção agrícola o milho, arroz e feijão, além da criação de pôneis, atividades que continuariam e serviriam como atrativos, além de curso d’água e uma pequena mata, onde seria criada uma área para acampamentos, de acordo com os projetos do empreendedor, irmão do proprietário: “[...] é o turismo rural e ambiental associados, o rural é a lida no campo e seu cotidiano. É necessário sempre fazer esta associação [...] temos a beleza natural do município e que trabalhar tecnicamente.” (irmão de fazendeiro em São Jerônimo da Serra)

Um outro empreendimento de São Jerônimo da Serra com projeto de turismo rural é a Chácara Recanto das Águas, que produz humo e cria minhocas, com uma área de aproximadamente um hectare. É a moradia atual de um professor de filosofia aposentado, e que está realizando vários melhoramentos na propriedade pensando na sua futura utilização para o turismo de maior idade:

Sempre gostei do rural, meus pais eram da campanha gaúcha, da zona rural, cresci em cidade pequena. Sempre andando, pescando... Conheço todo o Brasil, andando pelos matões. Ai me aposentei [...] contratei um corretor de imóveis procurando um sítio, já para trabalhar com o turismo e como professor de filosofia. Eu sempre achei a filosofia uma questão de prática, de trabalhar com a cultura. Cultura e turismo estão juntos. Aqui era meu descanso, mas dá para estender a outros. [...] sobretudo o relaxamento em uma sociedade estressante, o rural descontraí e renova, é fonte de saúde. Eu já acompanhei o caso de uma pessoa com problemas emocionais que se recuperou, ele muda as pessoas. (sitante e professor aposentado de São Jerônimo da Serra)

Os proprietários de uma das fazendas de São Jerônimo da Serra, a Fazenda Arco Verde, onde está localizada a Gruta Arco Verde, estudada no projeto de extensão da UEL, também estão com a intenção de construir, no início, uma área para acampamentos; e os atrativos seriam, além da gruta, cachoeiras, trilhas (a pé e a cavalo) e

um paredão para *rappel*. Se os visitantes forem atraídos, a construção de estrutura para o pernoite na casa da fazenda seria iniciada. A fazenda, de 302 hectares, está atualmente dedicada à criação de gado de corte – amigos e parentes, visitando a fazenda, deram a idéia de atuar no turismo rural. Um membro da família passou a freqüentar o curso de Turismo e Hotelaria da UNOPAR (Universidade Norte do Paraná).

O contato de um dos empreendedores de São Jerônimo da Serra com a prefeitura trouxe como resposta a informação que o turismo deveria ser implementado como uma atividade da iniciativa privada e não da esfera pública. Um destes empreendedores estava tentando localizar investidores estrangeiros pela Internet e o outro resolveu fazer as modificações necessárias lentamente, de acordo com suas possibilidades.

Após alguns anos de discussão do tema no município, o que pode ser observado é que a população da área urbana, sobretudo, considera o turismo como algo importante e necessário: um trabalho realizado por um grupo de alunos do curso de Geografia da UEL entrevistou moradores da área urbana e rural, e a grande maioria dos moradores da área urbana (90%) era favorável à implementação do turismo, e uma maioria, porém menor (67%), dos da área rural tinham a mesma opinião (AMÂNCIO et al, 1997). O resultado indica que ocorreu uma discussão a respeito do turismo pela comunidade, especialmente em virtude do projeto da UEL. Muitos entrevistados também responderam, curiosamente, que poderiam e gostariam de fornecer informações sobre o município aos turistas.

São Jerônimo da Serra possui uma população de 11.750 pessoas, e 54,6% da sua população é classificada como rural pelo último censo (IBGE, 2001). Um problema sério localizado é o lixo jogado a céu aberto, próximo ao trevo da rodovia, atuando como um péssimo cartão de visitas do município. É necessário ampliar os serviços de atendimento: hotéis, restaurantes, farmácias, postos de gasolina, borracharias e, em particular, o acesso aos locais turísticos (alguns em áreas públicas e outros em áreas privadas) necessitaria da implantação de equipamentos, mesmo que rústicos e de baixo custo.

Como outras prefeituras dos pequenos municípios da região, que possuem também potencial para o turismo e excursionismo rural, as ações coletivas necessárias para estimular e organizar a atividade turística não são realizadas por um crônico problema de falta de verbas na esfera municipal; eventualmente ocorrem algumas ações tradicionais da prefeitura para com os proprietários, que já eram realizadas antes, como a cessão de máquinas e de mão-de-obra para terraplanagem e cascalhamento de vias de acesso. Mas as ações que podem ser chamadas de modernas, como a organização do CMT, o contato com possíveis investidores, inclusive com proprietários de fazendas históricas e/ou com patrimônio natural importante, as reuniões e palestras com técnicos, a participação em projetos de instituições estaduais e federais e as estratégias de *marketing* são ações encontradas, sobretudo, nos municípios com maiores recursos.

UMA BREVE REFLEXÃO

Sempre que nos debruçamos sobre o tema aqui abordado as palavras chave que surgem são as seguintes: *processo* e *transformação*. Estamos vivenciando, nas últimas décadas, um processo de transformação das funções que são dadas socialmente a determinados locais.

Podemos também identificar como agentes deste processo uma parcela da população, que passou a receber informações a respeito de problemas ambientais, principalmente através da mídia; as instituições de ensino, de uma maneira geral; e os grupos ambientalistas. Entretanto, há riscos para que esta transformação ocorra da maneira desejada, e não seja apenas um movimento superficial. Qual a profundidade das informações veiculadas pela mídia a respeito das questões ambientais, suas causas e suas conseqüências? Nas escolas de ensino fundamental e médio, a discussão do ambiente está sendo relacionada apenas às atividades extracurriculares (que podem ser encaradas apenas como um passeio) ou está incorporada às diversas disciplinas? As universidades estão formando profissionais para atender às novas necessidades que surgem? As áreas de formação indiretamente relacionadas estão recebendo as informações necessárias? Os grupos ambientalistas estão atuando

levando em consideração experiências multifacetadas e as individualidades dos locais onde atuam ou estão imitando experiências que deram certo em outros contextos? Estas questões, e tantas outras, exigem um aprofundamento antes de nos sentirmos otimistas com relação a este processo.

Para Gaudiano (1997, p. 12-13), as ações de educação ambiental devem ser desenhadas de acordo com o entorno econômico, social, ecológico e cultural dos grupos para as quais estão dirigidas e devem ser orientadas para pequenos grupos multiplicadores, partindo da valorização dos recursos locais e da necessidade de modificar os padrões de consumo negativos ou substitutivos da identidade cultural. E a característica da educação informal deveria ser:

[...] tendente a generar una actitud responsable ante la problemática ambiental en los distintos sectores y grupos de la población, que los motive a una efectiva participación en la resolución de la misma, por medio de actividades dirigidas en forma específica, según las características de cada uno de ellos.

Assim, podemos ter uma contribuição, relacionada à nossa realidade. Se as atividades chamadas de educação informal forem dirigidas às populações mais pobres, elas devem trazer a possibilidade da melhoria da qualidade de vida, mas para aquela população em específico. Nada mais vazio de significado do que falar dos direitos das gerações futuras a quem está preocupado com a sua sobrevivência no dia seguinte. E, sem dúvida, as atividades realizadas fora dos limites estreitos de uma sala fechada, realizadas em contato o mais direto possível com o que está sendo abordado serão as que trarão melhores resultados, incluindo nestes a possibilidade de educar os educadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De uma maneira geral, podemos identificar algumas características. Por exemplo, que algumas atividades de excursionismo rural estão relacionadas especialmente às propostas de educação ambiental, outras têm objetivos econômicos e, mais frequentemente, as atividades ofertadas para o excursionismo possuem ambos os objetivos.

As atividades realizadas nos locais que se propõem a atuar na educação ambiental podem ser consideradas como de treinamento ambiental, de ensino relacionado ao ambiente ou ainda como de educação ambiental. Os métodos utilizados no processo de ensino-aprendizagem formal, como o de estudo do meio, ou ainda estudo de caso ou de memória viva poderiam auxiliar a organização das atividades futuras na educação informal.

Transformações de natureza subjetiva são relatadas na questão relacionada aos impactos trazidos pelos visitantes: entrevistados consideram como um aspecto positivo o fato do município passar a ser conhecido; gostam de ter intercâmbio com novas pessoas e relatam como importante o fato do turismo trazer atividades para os jovens - mesmo que não consigam emprego, passam a ter atividades quando há visitantes na cidade e aumenta a auto estima - a valorização da cultura e de locais do município por pessoas de fora pode levar a que os jovens moradores também passem a valorizá-lo.

O plantio de árvores por proprietários que passaram a trabalhar com o excursionismo rural é uma realidade: em várias propriedades um convite realizado foi o de acompanhar o entrevistado até o local do plantio. Vale lembrar a devastação da cobertura vegetal original que ocorreu com a agricultura - as matas e trilhas em matas agora passaram a ser consideradas importantes. O reconhecimento de determinadas espécies, com informações a respeito, passaram a ser uma das atividades realizadas nas fazendas. Em dois dos estabelecimentos, junto com informações sobre a flora, os proprietários sentem prazer, relatado como um benefício pessoal e social, em comentar a história dos indígenas que ocuparam o norte do Paraná.

Com relação às atitudes conservacionistas, todos os entrevistados já as entendem como necessárias e importantes, mesmo que sejam apenas, para alguns, como uma maneira de satisfazer a demanda. Faltam, porém, conhecimentos a respeito de como tomar atitudes concretas - a maior parte das atividades são recentes, começaram apenas na década 1990.

Constatamos, portanto, que é um campo novo de atuação importante, tanto para agentes de instituições públicas quanto para representantes de ONGs envolvidas na questão e para geógrafos e educadores.

Entre o que somos e o que desejamos ser, entre os impasses atuais e as possibilidades e esperanças, jamais o homem e as regiões tanto necessitaram de conhecimento. Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. É daí que advém uma possibilidade de ação. (SANTOS, 1997, p. 116).

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, J. *et al.* O turismo e a população local – o caso de São Jerônimo da Serra. Texto produzido por alunos na disciplina especial Geografia e Turismo – Estudo do Meio. *Relatório Final*. Londrina: UEL, 1997.

AUGUSTO, L. Tibagi pode sofrer mudança drástica. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 07/01/2001. Reportagem, p. 16

BARBERATO, C. Produtor mais perto da pesquisa. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 25/11/2000. Folha Rural, p. 8

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. (on line). Disponível na Internet via URL: [www:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm)//arquivo capturado em 23/07/2001

CALS, J.; CAPELLÀ, J., VAQUÉ, E. *El Turismo en el Desarrollo Rural de España*. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentacion, 1995.

CALVENTE, M. del C M. H. *Turismo e Excurcionismo: o Qualificativo Rural* – Um estudo das experiências e potencialidades no Norte Velho do Paraná. São Paulo: 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

_____. O conhecimento, o meio e o ensino de Geografia. In: CARVALHO, M. S. de (org.). *Para Quem Ensina Geografia*. Londrina: UEL, 1998. p. 81-102

CAVACO, C. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.) *Turismo e Geografia* - Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 94-121

CERNEV, J. (org.). *Memória e Cotidiano: Cenas do Norte do Paraná: escritos que se recompõe/IPAC*. Londrina: MEC/SESU, 1995.

DE MASI, D. *O Ócio Criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

GAUDIANO, E. G. *Educación Ambiental*. Historia e conceptos a veinte años de Tbilisi. México: SITESA, 1997.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. (on line). Disponível na Internet via URL: [www:http://www.censo.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000/arquivo_capturado_em_26/03/2001](http://www.censo.gov.br/ibge/estatistica/populacao/censo2000/arquivo_capturado_em_26/03/2001)

MOURA, L. Religiosos de São Jerônimo fundam ONG. *Folha de Londrina/Folha do Paraná*, Londrina, 26/10/2000. Folha Cidades, p. 2

PARQUE DA MINA VELHA; Ibaiti redescobre o paraíso. *Tribuna do Vale*, Jacarezinho, nov/1999. p. 4-5

PONTUSCHKA, N. N. *A Formação Pedagógica do Professor de Geografia e as Práticas Interdisciplinares*. São Paulo: 1994. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo.

RODRIGUES, A. A. B. Turismo rural no Brasil – ensaio de uma tipologia. In: ALMEIDA, J.; RIEDL, M. (orgs.). *Turismo Rural: Ecologia, Lazer e Desenvolvimento*. Bauru: EDUSC, 2000, p. 51-68

_____. *Turismo e Espaço* – Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. *Técnica, Espaço, Tempo*. Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPOLADORE, A.; DELAVI, E. J. Estudo Preliminar dos Atrativos Naturais do Vale do Tigre - São Jerônimo da Serra, PR. In: I Fórum Latino-americano de Geografia Física Aplicada, 1997. *Anais...* Curitiba: UFPR, 1997. (vol. 1, CD)

URRY, J. *O Olhar do Turista*. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: SESC/Studio Nobel, 1996.